

Carta dos prefeitos presentes no II Chamado da Floresta

INTRODUÇÃO

O **II Chamado da Floresta** é um processo de mobilização, articulação e negociação da pauta das populações extrativista do Brasil. Este segundo chamado aconteceu no município de MELGAÇO, nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, no Arquipélago do Marajó/Pará, sob a coordenação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS. Como uma forma de integração de política públicas, este Segundo Chamado adotou uma estratégia facilitando a efetiva participação dos prefeitos de municípios que detêm territórios onde existem áreas de uso comum já constituídas ou previstas.

No cenário das territorialidades na região Amazônica, destacam-se as áreas de uso sustentável, entre as quais citamos as RESEX, PAE e RDS, que proporcionam o debate sobre melhoria de vida de seus beneficiários, na mais ampla visão do desenvolvimento e sustentabilidade. Assim, a participação efetiva dos gestores locais na geração e implementação de políticas para estes territórios são fundamentais.

Essas populações durante anos desprovidas de políticas de estado, têm se mostrado aguerrida no enfrentamento e na luta por dias melhores. A fome dos extrativistas é de políticas de estado que reconheça a importância desse povo para conservar essa imensa floresta e recursos hídricos. Neste caso é de fundamental que os municípios possam de forma integrada buscar soluções para problemas comuns através de políticas que são fundamentais para o processo de desenvolvimento local, como por exemplo, nos cálculos dos custos e benefícios em relação a outras regiões mais desenvolvidas do país.

Reconhecendo a importância dessa necessidade os prefeitos reunidos durante o II Chamado da Floresta discutiram uma pauta comum que são fundamentais na implementação de políticas estruturantes que necessitam ser redimensionadas para o atendimento das populações extrativistas que resultarão em melhores indicadores de

1


AMAM
Associação dos Municípios do
Arquipélago do Marajó


AMAM
Associação dos Municípios do
Arquipélago do Marajó
29/11/13.

prefeitos, apresentamos as prioridades de políticas públicas a seguir:

01 – Criação de um programa que possibilite a execução de políticas em caráter excepcional, considerando a especificidade das populações, como o “PAC” Programa Amazônia para o Desenvolvimento e sustentabilidade; na linha de canalizar recursos públicos para frentes de ação que necessitam investimentos e atenção especial do estado brasileiro na Amazônia. Combinar crescimento econômico, desenvolvimento social, conservação, uso coletivo e sustentabilidade da região.

02 – Que o Arquipélago do Marajó demais regiões da Amazônia seja reconhecido pelo estado brasileiro como **Território de povos e populações tradicionais**, que possa haver investimentos públicos, que atenda de forma diferenciada os seguimentos das populações que habitam, considerando o desenvolvimento produtivo compatível com a conservação do território e levando em consideração o custo amazônico (30%).

03 – Políticas de Saúde, garantir que o SUS torne-se permanente nas comunidades extrativistas. O investimento no sistema de saúde na floresta necessita de infraestruturas e logística diferenciada como: ambulanchas e barco hospital, postos de saúde, programa continuados de saúde são e preventiva são essenciais, assim como: planejamento familiar, segurança alimentar e nutricional, capacitação, valorização do trabalho das parteiras e agentes comunitários de saúde levando em consideração a realidade geográfica e social da Amazônia.

04 - Educação na floresta - ensino fundamental e médio por meio da pedagogia da alternância, com foco na formação técnica e na graduação, que vise o desenvolvimento social econômico e ambiental, que atenda especificidade cultural e costume da vida na floresta, adequando as condições na área metodológica, didática e pedagógica. Garantir o PRONATEC para as populações extrativistas. Ampliar os recursos para os programas (PNAE e PNAT). Elevar o recurso gastos por aluno / ano em função dos custos na região Amazônica serem três vezes maior que os centros urbanos. Assegurar que o transporte escola tenha condições apropriadas de segurança, tempo e ruídos, recuperação e construção de escola. Disponibilizar dentro do PARFOR cursos de

economia extrativista.

05 - Saneamento no caso das populações extrativista, consistem em 02 componentes fundamentais e urgente: 01 Água potável para o consumo humano; fossas sanitária, duas questões importante a ser resolvida na prevenção da saúde e vida saudável da população. Entendemos ser extramente necessário um esforço de governo para atender localidade que enfrentem grandes dificuldades no uso da água e destinação de resíduos sólidos.

06 - Criação de um Fundo de Compensação por perdas e danos relacionados a eventos climáticos extremos, tais como enchentes, secas e desabamentos, assoreamento de rios e salinização da água.

07 - Implantação de sistema de energia que atenda a grande demanda das comunidades ribeirinhas e/ou extrativistas a pequeno, médio e longo prazo, considerando as opções de tecnologias de energia solar de alta potencia, eólica, termoelétrica, hidroelétrica e biodigestora.

08 - Garantir a infraestrutura para escoamento da produção extrativista obedecendo as especificidades de cada região amazônica com sensibilidade ao financiamento pelo Governo Federal (limpeza de igarapés, portos pra embarque e desembarque, construção de pontes, abertura e recuperação de ramais, aquisições de barcos, caminhões e outros equipamentos).

09 - Garantir e ampliar Assistência Técnica diferenciada para populações extrativistas; adequar os critérios de obtenção de crédito pelo PRONAF de forma que este contemple e atenda as especificidades socioeconômicas e ambientais das populações extrativistas, desburocratizando seu acesso.

10 - A segurança pública nos rios da Amazônia, elaborar e executar um Plano de Combate a Pirataria, visto que nos últimos anos a violência tem crescido de forma assustadora na região, entendemos ser preciso um esforço conjunto dos das instituições de estado federados no combate aos avanços das políticas de combate ao trafico de drogas, das ameaças de pistolagem, ou qualquer outro tipo de ação que perturba a segurança e tranquilidade da população.

11 - Garantir o direito de pagamento de seguro defeso aos Caranguejeiros nos períodos de acasalamento e reprodução (SOATÁ), como forma de preservação dos ecossistemas marinhos costeiros e espécies das quais as populações extrativistas dependem pra sua subsistência e reprodução social.

12 - Implantar um modelo de compensação Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que reconheça o trabalho de manutenção dos ecossistemas ambientais executados pelas populações extrativistas que fazem o usos sustentável das floretas e recursos hídricos; reconhecendo assim o papel que tais populações exercem na árdua tarefa de defesa do meio ambiente.

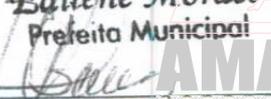
Melgaço, Rio Laguna, Comunidade Santa Maria – Vila do Tonhão; Ilha do Marajó, PA.

Assinatura dos prefeitos e/ou representantes:

01


Edilene Moraes
Prefeita Municipal

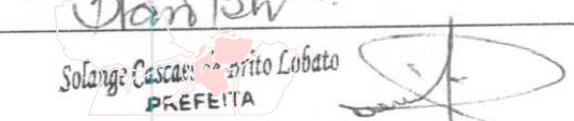
02


AMAM
Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

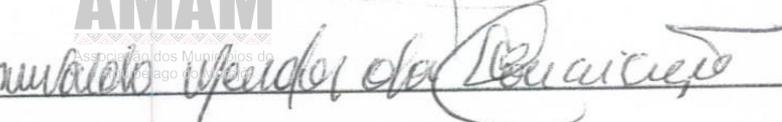
03


Solange Cascaes Brito Lobato
PREFEITA

04


AMAM
Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

05


AMAM
Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

4

06 *Raimundo José da Moura Martins dos Santos*

AMAM

AMAM

07 *Luiz Carlos da Costa Araújo - Prof. Sica de Baracaniã-PA.*

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

08 *Adilson Raimundo Pessoa da Silva - Nova Timbuctum - PA*

09 *Edson Lourenço*

AMAM

AMAM

10 *Luís Ferreira Paesopho de Figueiredo*

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

11 *Agosto Corrêa - PA*

12 *José Anselmo Almeida / Curralinho*

AMAM

AMAM

13 *Bruma*

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

14 *Julio / Ponta de Pedras*

15 *Raimundo Pereira de Sá / CARANÇO BONITO - TO*

AMAM

AMAM

16 *Peixeira*

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

17

18

19

20